



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
DILMAR LOPES CAMERINO
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
EDUARDO BARROS MALHEIROS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMIENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
DILMAR LOPES CAMERINO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
WALBER VALENTE DE LIMA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
EDUARDO BARROS MALHEIROS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
ANTONIO JORGE SODRÉ VALETIM DE SOUZA
DIRETOR DO 1º CAO
UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS
DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
DIRETOR-GERAL
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLLANDA MONTENEGRO
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
JOSÉ GAMA FILHO
DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA
DIRETOR DE PESSOAL
OTÁVIO LESSA SARMENTO



MP Notícias

Publicação da Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Alagoas Tel.: 3326-8229



Dengue hemorrágica

O Ministério Público Estadual investiga a morte do adolescente José Adilson dos Santos, que faleceu em 18 de julho de 2007, vítima de dengue hemorrágica, ao dar entrada no Hospital Regional de Penedo, depois de três dias de "precário atendimento" na Unidade de Emergência da Santa Casa. O promotor de Justiça de Penedo, Eládio Pacheco Estrela, deu um prazo de dez dias, para que a Prefeitura Municipal promova melhorias no atendimento médico, na realização de exames e na distribuição de remédios aos usuários do serviço público de saúde.

"Dia D de combate à dengue"

O Comitê Estadual de Combate à Dengue e o Ministério Público de Alagoas convidam toda a comunidade a participar, dia 24 deste mês, das atividades do "Dia D de Combate à Dengue". A Concentração acontecerá na Escola Geraldo Melo, no Graciliano Ramos, a partir das duas e meia da tarde. Além de aprender como evitar a dengue, a comunidade vai poder participar de oficinas de arte, teatro, reciclagem de lixo e outras apresentações culturais. "Vamos combater essa doença que já atingiu quase quatro mil pessoas só em Maceió e já matou 11 pessoas em todo o estado!", alertaram as promotoras de Justiça, Michele Tenório, Cecília Carnaúba e Dalva Tenório.

Plano de ação

Promotores de Justiça que atuam na capital e no interior do estado discutiram, na última segunda-feira, um Plano de Ação do Ministério Público de Alagoas em Defesa da Saúde, a partir de proposta sistematizada pela promotora de Justiça Micheline Tenório, da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde. Micheline Tenório apresentou sugestões para ações do MP alagoano em três eixos básicos, em 2008 e pelo menos em mais dois anos seguintes. "Precisamos ter conhecimento da rede instalada e dos serviços ofertados pelos municípios, em seus territórios ou não, e pelo estado; fiscalizar recursos destinados à saúde e a efetivação do controle social", resumiu Micheline.

Poluição sonora

O Ministério Público Estadual instaurou procedimento preparatório para investigar denúncias de poluição sonora em praças e estabelecimentos comerciais em Maceió. Além disso, o MP cobrou empenho dos órgãos de trânsito de Alagoas, na fiscalização e repressão da utilização em veículos de equipamentos com som e frequência em níveis excessivos em estabelecimentos comerciais. A investigação está sendo realizada pela Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e pelo Núcleo de Defesa do Meio Ambiente, com base em representações formuladas durante a realização do 1º Fórum Sobre Poluição Sonora, realizado segunda-feira (12/11), no Espaço Cultural da UFAL.

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA, NESTA DATA, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc.: 982/02
Interessado: Construtora Celi Ltda.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 1.083/02
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc.: 2.004/07
Interessado: Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional - CEFAF.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Contratos, Contratação direta por inexigibilidade de Licitação. Exame da situação fática. Hipótese recepcionada pelo "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores > inviabilidade de competição. Pela possibilidade Jurídica".
Proc.: 2.008/07
Interessado: Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional - CEFAF.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Dispensa de licitação – Contratação da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE, instituição brasileira, de direito privado, sem fins lucrativos, incumbida estatutariamente da pesquisa e ensino para organização e realização de Seleção Simplificada para Estagiários do Ministério Público – Hipótese de contratação direta – Subsunção do caso concreto à norma insculpida no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 – Comprovação nos autos dos elementos exigidos em Lei suficientes de dispensar a realização do certame – Possibilidade Jurídica da pretensão administrativa. Pelo deferimento após as recomendações ora exaradas".
Proc.: 2.352/07
Interessado: Empresas do Seguimento de Gás Natural Veicular/AL.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.412/07
Interessado: Departamento de Polícia Federal/AL.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.421/07
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.436/07
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.498/07
Interessado: Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.499/07
Interessado: Conselho Estadual de Saúde.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.509/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.512/07
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.514/07
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.520/07
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.522/07
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.555/07
Interessado: Dr. Andreson Charles Silva Chaves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.573/07
Interessado: Renata Oliveira Teixeira, funcionária desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Servidor Público. Indenização de Transporte. Aplicação do art. 21, inciso III, da Lei nº 6.774/06. Impossibilidade de atendimento diante da inexistência de dotação orçamentária/rubrica específica de indenizações e restituições na Lei orçamentária do Ministério Público para o ano de 2007. Pelo indeferimento".
Proc.: 2.574/07
Interessado: Fernando Antônio Souza Dorea.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.589/07
Interessado: Dr. Jorge Luiz Bezerra da Silva, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.599/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.600/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.603/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.604/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.605/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.617/07
Interessado: Dr. Humberto Henrique Bulhões B. Paula Nunes, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.628/07
Interessado: Graça Carvalho, funcionária desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo Diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.636/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.643/07
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.695/07
Interessado: Janixon Montes Barbosa, funcionário desta

Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista das informações anexas. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.696/07
Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.
Proc.: 2.701/07
Interessado: Dr. Cláudio José Moreira Teles, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.712/07
Interessado: Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.717/07
Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.745/07
Interessado: Ednelson José da Silva Santos, funcionário desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo adiamento de férias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.753/07
Interessado: Associação Alagoana de Peritos em Criminalística.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Ciente. Archive-se.
Proc.: 2.754/07
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Diretor do Cefaf.
Assunto: Requerendo adiamento de férias da funcionária Melba Cândida.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.788/07
Interessado: Teógenes Cardoso Tenório Lisboa, funcionário desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Baixa patrimonial e desfazimento de bens móveis inservíveis do Ministério Público de Alagoas. Aplicação da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e do Decreto nº 99.658/90. Parecer favorável da Comissão de bens inservíveis, instituída pela portaria nº 168/07. Cumpridas as exigências ora exaradas. Pelo deferimento".
Proc.: 2.789/07
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Compra de pequeno valor. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta. Necessidade de informação da disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento".
Proc.: 2.802/07
Interessado: Dra. Micheline Laurindo Tenório Silveira dos Anjos, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias e providências.
Despacho: Defiro à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se as portarias respectivas. Após, archive-se.
Proc.: 2.810/07
Interessado: Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.811/07
Interessado: Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.812/07
Interessado: Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.813/07
Interessado: Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc.: 2.814/07
Interessado: Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.816/07
Interessado: Comando de Policiamento da Capital.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Prejudicado. Archive-se.
Proc.: 2.851/07
Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo férias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.852/07
Interessado: Valdemir da Silva, funcionário desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo adiamento de férias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.862/07
Interessado: Dra. Maria de Fátima de C. A. Vilela, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. Encaminhe-se à DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.869/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.870/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.871/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.872/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.873/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.874/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.
Proc.: 2.864/07
Interessado: Maria Eliane de Vasconcelos Almeida e outros, moradores da paria do francês.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc.: 2.865/07
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à 1ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia.
Processo nº 001.07.004687-6 (carta precatória cível nº 4687-6/07).
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça Cível de Garanhuns.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Em face da certidão de fls. 10, verso, devolva-se os presentes autos ao interessado.
A DIRETORIA-GERAL DESTA PROCURADORIA-GERAL

DE JUSTIÇA, DRA. EVELINE RODRIGUES DE SOUZA, DESPACHOU, POR DELEGAÇÃO, NESTA DATA, O SEGUINTE PROCESSO:
Proc: 2.654/07

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 14 de novembro de 2007.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Assessor Técnico/Diretoria Geral/ATO PGJ Nº 12/2007.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, CONSIDERANDO o teor do Ato Normativo nº. 053/2007 do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e a necessidade de promover a integração dos órgãos com o escopo de prestar melhores serviços à população alagoana,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer que o feriado do Dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, dedicado também a Zumbi dos Palmares, fica antecipado, excepcionalmente, para o dia 16 de novembro do corrente ano.

Art. 2º. Este Ato entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Maceió, em 14 de novembro de 2007.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE REMOÇÃO 06/07

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 143, inciso V, da Constituição Estadual, combinado com o inciso VI, do artigo 9º da Lei Complementar Estadual 15/96, resolve REMOVER, por permuta, a Dra. STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI, 3ª Promotora de Justiça de Rio Largo, de 2ª entrância, para a 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, de igual entrância.
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 14 de novembro de 2007.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE REMOÇÃO 07/07

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 143, inciso V, da Constituição Estadual, combinado com o inciso VI, do artigo 9º da Lei Complementar Estadual 15/96, resolve REMOVER, por permuta, a Dra. GILCELE DÂMASO DE ALMEIDA LIMA, 2ª Promotora de Justiça de São Miguel dos Campos, de 2ª entrância, para a 3ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, de igual entrância.
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 14 de novembro de 2007.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 733, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dra. MICHELINE LAURINDO TENÓRIO SILVEIRA DOS ANJOS, Promotora de Justiça Titular do 2º Cargo da Promotoria e Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente da Capital, de 3ª entrância, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), perfazendo um total de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Brasília-DF, de 19 a 21 de novembro do corrente ano, para participar do Seminário "Controle e Fiscalização das Ações e Serviços de Saúde no Distrito Federal", correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 734, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor de HELENITA FIRMO DE MELO, Auditora Contábil desta Procuradoria-Geral de Justiça, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais), perfazendo um total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Brasília-DF, de 19 a 21 de novembro do corrente ano, para participar do Seminário "Controle e Fiscalização das Ações e Serviços de Saúde no Distrito Federal", correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 735, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ANDRESON CHARLES SILVA CHAVES, Promotor de Justiça de Campo Alegre, de 1ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 133,65 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 668,25 (seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Chã Preta, nos dias 04, 11, 19, 26 e 31 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante à Promotoria de Justiça de Chã Preta, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 736, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ROGÉRIO PARANHOS GONÇALVES, 1º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, 04 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Maravilha, nos dias 04, 11, 18 e 25 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante à Promotoria de Justiça de Maravilha, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 737, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES, Promotor de Justiça de Mata Grande, de 1ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 133,65 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 668,25 (seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Canapi, nos dias 03, 07, 10, 17 e 24 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante a Promotoria de Justiça de Canapi, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 738, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor de JANIXON MONTES BARBOSA, Oficial de Transporte desta Procuradoria-Geral de Justiça, sediado no 2º CAO na cidade de Arapiraca – AL, 08 (oito) meias diárias, no valor unitário de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Maceió, nos dias 13, 17, 19, 24, 26 de setembro e 03, 10, 15 de outubro do corrente ano, a serviço do Ministério Público Estadual, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 739, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. HUMBERTO HENRIQUE BULHÕES BARROS PAULA NUNES, 6º Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Maceió, nos dias 01, 04, 11, 18 e 25 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante à 10ª Promotoria de Justiça de Especializada Cível e Criminal da Capital, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 740, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA, Promotor de Justiça de Colônia de Leopoldina, de 1ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 133,65 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 668,25 (seiscentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Novo Lino, nos dias 02, 09, 16, 23 e 30 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante à Promotoria de Justiça de Novo Lino, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 741, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. GIVALDO DE BARROS LESSA, Promotor de Justiça Titular do 7º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, de 3ª entrância, 31 (trinta e uma) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 5.115,00 (cinco mil cento e quinze reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Anadia, nos dias 02, 09, 16, 30 de janeiro; 06, 13, 27 de fevereiro; 06, 13, 27 de março; 03, 10, 17 de abril; 03, 08, 15, 29 de maio; 05, 12, 13 de junho; 10, 17, 24, 31 de julho; 07, 14, 21, 28 de agosto e 04, 11, 25 de setembro do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 742, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do 1º Sargento PM EDVALDO FEITOSA BISPO, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 18 (dezoito) meias diárias, no valor unitário de R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Anadia, nos dias 03, 08 de abril; 15, 29 de maio; 05, 12, 13 de junho; 10, 17, 24, 31 de julho; 07, 14, 21, 28 de agosto e 04, 11, 25 de setembro do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 743, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Cabo PM CÍCERO SOARES DOS SANTOS, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 04 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 90,00 (noventa reais), em face da despesa com seu deslocamento às cidades de Joaquim Gomes, Anadia, Pilar e Marechal Deodoro, nos dias 20, 21, 27 de abril e 05 de maio do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 744, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Soldado PM JEFFERSON W. BISPO GOMES, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 01 (uma) meia diária, no valor de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Joaquim Gomes, no dia 20 de abril do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 745, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Aspirante PM DAVI DE MELO MOTA, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) e 01 (uma) meia diária, no valor unitário de R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 427,50 (quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Propriá/SE e Pilar/AL, no período de 06 a 08 de maio e 27 de abril do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 746, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do 1º Sargento PM MÁRIO LOPES ROCHA, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) e 01 (uma) diária e meia, no valor unitário de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 482,50 (quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento às cidades de Propriá/SE, Anadia e Joaquim Gomes, nos dias 04, 05 e 06 a 08 de maio do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 747, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do 1º Sargento PM CLÁUDIO DE PANTAS, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) e 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 537,50 (quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento às cidades de Rio Real/BA, Pilar, Joaquim Gomes, União dos Palmares e Marechal Deodoro, nos dias 20, 21, 26, 27 de abril, 06 a 08 e 10 de maio do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 748, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Soldado PM SEVERINO SEVERO DOS SANTOS, da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça, 02 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) e 01 (uma) meia diária, no valor unitário de R\$ 80,00 (oitenta reais), perfazendo um total de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento às cidades Joaquim Gomes, Rio Largo e Propriá/SE, nos dias 20 abril; 03 e 10 de maio do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339015 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 23/2007

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A.

DO OBJETO: Alterar a conta para crédito dos resultados da Cobrança e a conta para débitos de tarifa descrita no Anexo VII item 20, letra "a" e "d" respectivamente. Parâmetros para Cobrança:
a) conta para crédito do resultado da cobrança: 5739-8
b) conta para débito da tarifa: 5739-8

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Instrumento ora aditado, naquilo que não conflitarem com o presente instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2007.

SIGNATÁRIOS: Coaracy José Oliveira da Fonseca (Procurador-Geral de Justiça) e o Wanger Antônio de Alencar Rocha (CONTRATADA).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 27/2007

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONTRATADA: CINE & SOUND PROJETOS E INSTALAÇÕES LTDA
DO OBJETO: Aumento do quantitativo, do custo total e alteração do projeto inicial, do contrato originário, referente à complementação dos serviços de infra-estrutura de isolamento acústico, consoante disposições constantes na Cláusula Sétima do referido contrato e aplicação do artigo 65, inciso I, letra "b" e seu parágrafo 1º da Lei 8.666/93, bem como no que constam no processo administrativo P.G.J nº 2622/2007.
DO ACRÉSCIMO NO VALOR: Acréscimo de de R\$ 4.218,91 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e noventa e um centavos), equivalente ao percentual de 6,87% (seis vírgula oitenta e sete por cento) do valor global contratado.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste aditivo correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 (030005) - Manutenção do Gabinete do Ministério Público, natureza da despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
DO ADITIVO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.
DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2007.
SIGNATÁRIOS: Coaracy José Oliveira da Fonseca (Procurador-Geral de Justiça) e o Valéria de Andrade Lima Castro (CONTRATADA).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SÚMULA DO CONTRATO Nº 36/2007

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONTRATADA: DIMENSÃO CONSTRUÇÕES LTDA
DO OBJETO: Execução total da obra de ampliação do gabinete do Procurador de Justiça e da adequação da antiga sala da central de ar condicionado do 3º andar, bem como a demolição de uma parede do salão do auditório do 5º andar, todos sediados no prédio-sede da Procuradoria Geral de Justiça, no regime de execução direta, empreitada por preço global, com fornecimento total de materiais, instalações de equipamentos e mão-de-obra, conforme roteiro de serviços e especificações constantes no Projeto Básico constante no Processo FEMPEAL nº 008/2007.
DO PREÇO: R\$ 14.684,51 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de procedimento licitatório, aplicação do art. 24 inciso I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Fundo Especial do Ministério Público - FEMPEAL no Programa de Trabalho 03.122.0003.1313.0000 - Reforma, Ampliação e Recuperação da sede do Ministério Público, natureza da despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
DA VIGÊNCIA: Vigência de 30 (trinta) dias, contados do efetivo início devidamente comprovado pela Contratante.
DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2007.
SIGNATÁRIOS: Coaracy José Oliveira da Fonseca (Procurador-Geral de Justiça) e Cláudio Alves de Oliveira (Contratada).

PORTARIA 1º CPDA Nº 08/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada por moradores do bairro de Riacho Doce, durante a realização do I Fórum sobre Poluição Sonora, realizado no Espaço Cultural da UFAL,

informando a ocorrência de elevado volume de som e ruído nos finais de semana, provocado pelo Bar Velho Jardim, localizado próximo à Praça de Riacho Doce, nesta capital, onde moradores sofriam com a poluição sonora causada, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";¹

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

(Footnotes)

¹ MACHADO, Anaxágora Alves. Poluição sonora como crime ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 327, 30 de maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5261>. Acesso em: 25 abr. 2007.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados;

4 - juntada aos autos de cópia da representação formulada;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007. Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 12 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

PORTARIA 1º CPDANº 04/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada pelo Exmo. Sr. Henrique Costa Cavalcante, durante a realização do I Fórum sobre poluição sonora, realizado, nesta data, no Espaço Cultural da UFAL, informando a ocorrência de elevado volume de som e ruído em vários estabelecimentos comerciais, dentre eles, o Restaurante Espeto, localizado na Avenida Sílvio Vianna, onde garçons e clientes têm de conviver em ambiente sem qualquer proteção acústica para eliminação ou redução de ruídos, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";¹

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 134 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

(Footnotes)

² MACHADO, Anaxágora Alves. Poluição sonora como crime ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 327, 30 de maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5261>. Acesso em: 25 abr. 2007.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados;

4 - juntada aos autos de cópia da representação formulada pelo Exmo. Sr. Henrique Costa Cavalcante;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 12 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

PORTARIA 1º CPDA Nº 07/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada por moradores do bairro de Riacho Doce, durante a realização do I Fórum sobre Poluição Sonora, realizado no Espaço Cultural da UFAL, informando a ocorrência de elevado volume de som e ruído provocado por um Bar localizado na Praça de Riacho Doce, com venda de bebidas alcoólicas e ao lado da escola local, onde moradores sofrem com a poluição sonora causada, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";¹

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

(Footnotes)

³ MACHADO, Anaxágora Alves. Poluição sonora como crime ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 327, 30 de maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5261>. Acesso em: 25 abr. 2007.

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO.

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados;

4 - juntada aos autos de cópia da representação formulada;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 12 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

PORTARIA 1º CPDA Nº 06/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada pela Sra. Acácia Maria S. de Castro, durante a realização do I Fórum sobre Poluição Sonora, realizado, nesta data, no Espaço Cultural da UFAL, informando a ocorrência de elevado volume de som e ruído provocado por templo religioso localizado na rua Antônio Cansação, vizinho à Padaria Alteza, bairro da Ponta Verde, nesta capital, onde moradores sofrem com a poluição sonora causada, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";¹

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO.

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados;

4 - juntada aos autos de cópia da representação formulada pela Sra. Acácia Maria S. de Castro;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 12 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

PORTARIA 1º CPDA Nº 05/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de representação formulada pelo Exmo. Sr. Henrique Costa Cavalcante, durante a realização do I Fórum sobre poluição sonora, realizado, nesta data, no Espaço Cultural da UFAL, informando a ocorrência de elevado volume de som e ruído provocado por barracas da Praça Rui Palmeira, bairro do Vergel do Lago, nesta capital, onde moradores da Casa do Pobre e estudantes da Escola Rui Palmeira sofrem com a poluição sonora causada, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";²

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos

para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO.

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - requisição de perícia de constatação de dano ambiental (UMA POR FONTE POLUIDORA) ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados;

(Footnotes)

⁴ MACHADO, Anaxágora Alves. Poluição sonora como crime ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 327, 30 de maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5261>. Acesso em: 25 abr. 2007.

4 - juntada aos autos de cópia da representação formulada pelo Exmo. Sr. Henrique Costa Cavalcante;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 12 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

PORTARIA 1º CPDA Nº 09/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de diversas representações formuladas no decorrer do I Fórum sobre Poluição Sonora, realizado no Espaço Cultural da UFAL, informando a ocorrência de poluição sonora em diversos bairros de Maceió, provocada por emissões sonoras oriundas de veículos automotores, em desacordo com a Resolução Nº 204, de 20 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, bem como ante a inércia estatal na fiscalização e repressão da utilização em veículos de equipamentos com som e frequência em níveis excessivos, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar- (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo, "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites

suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos”;¹

CONSIDERANDO que os veículos de qualquer espécie, com equipamentos que produzam som, fora das vias terrestres abertas à circulação, obedecem no interesse da saúde e do sossego públicos, às normas expedidas pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e à Lei das Contravenções Penais, bem como a utilização de equipamentos com som em volume e frequência em níveis excessivos constitui perigo para o trânsito, configurando a infração tipificada no art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público pugnar pela efetividade dos comandos legais, atuando no controle das omissões administrativas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos – *in casu*, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações – poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO.

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 – autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

(Footnotes)

⁵ MACHADO, Anaxágora Alves. *Poluição sonora como crime ambiental*. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 327, 30 de maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5261>. Acesso em: 25 abr. 2007.

2 – comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

(Footnotes)

⁶ MACHADO, Anaxágora Alves. *Poluição sonora como crime ambiental*. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 327, 30 de maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5261>. Acesso em: 25 abr. 2007.

3 – Notifiquem-se a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (SEMPMA), Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) e o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN), nas pessoas de seus representantes legais, para participarem de audiência a ser realizada no dia 22 de novembro de 2007, na sala desta Promotoria de Justiça, com a finalidade de prestarem esclarecimentos acerca dos fatos acima relatados;

4 – juntada aos autos de cópias das representações formuladas e do material gentilmente cedido pela organização do IFórum sobre Poluição Sonora, realizado no Espaço Cultural da UFAL;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 13 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO

Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo – PJCEDMA

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA CRIMINAL DE ATRIBUIÇÃO NÃO PRIVATIVAS

A Coordenadora da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, Promotora de Justiça Dra. Neide Maria Camêlo da Silva, distribuiu nesta data os processos que ora tramitam no núcleo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital:

PROMOTOR: Dr. Elísio da Silva Maia Júnior
INQUÉRITO POLICIAL: 544/2005 – SR/DPF/AL
INTERESSADO: Procuradoria da República em Alagoas
ASSUNTO: Encaminhando Inquérito Policial

Maceió, 13 de novembro de 2007
Neide Maria Camêlo da Silva
Promotora de Justiça

Adriana Cristina de Jesus Souza
Oficiala do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA CRIMINAL DE ATRIBUIÇÃO NÃO PRIVATIVAS

A Coordenadora da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital, Promotora de Justiça Dra. Neide Maria Camêlo da Silva, distribuiu nesta data os processos que ora tramitam no núcleo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa da Capital:

PROMOTOR: Dr. Elísio da Silva Maia Júnior
PROCESSO: 2127/2007 PGJ
INTERESSADO: Secretaria de Estado da Gestão Pública do Estado de Alagoas
ASSUNTO: Encaminhando Documentos

Maceió, 14 de novembro de 2007
Neide Maria Camêlo da Silva
Promotora de Justiça

Adriana Cristina de Jesus Souza
Oficiala do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS Procuradoria Geral de Justiça Colégio de Procuradores de Justiça

NOTA DECLARATÓRIA

Declaramos para os devidos fins, que a sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça designada para o dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e sete, com início às quinze horas, a ser realizada no Auditório Edgar Valente de Lima Filho, instalado no edifício-sede do Ministério Público, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, deixou de se realizar por falta de quorum, nos termos do art. 27, § 1º e art. 30, § 1º, do Regimento Interno, comparecendo à sessão os Procuradores de Justiça Dilmar Lopes Camerino, Eduardo Barros Malheiros, Luciano Chagas da Silva, Francisco José Sarmento de Azevedo, Antiógenes Marques de Lira, Arnoldo Petrucio Chagas, Dennis Lima Calheiros e Vicente Felix Correia. Eu, Marluce Falcão de Oliveira, na qualidade de Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavro a presente nota declaratória, que segue devidamente assinada por mim, e por todos os Procuradores de Justiça presentes à sessão.

Dilmar Lopes Camerino
Procurador - Geral de Justiça Substituto
Presidente da Sessão

Marluce Falcão de Oliveira
Promotora de Justiça
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS Procuradoria Geral de Justiça Colégio de Procuradores de Justiça

NOTA DECLARATÓRIA

Declaramos para os devidos fins, que a sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça designada para o dia catorze do mês de novembro do ano de dois mil e sete, com início às quinze horas, a ser realizada no Auditório Edgar Valente de Lima Filho, instalado no edifício-sede do Ministério

Público, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, deixou de se realizar por falta de quorum, nos termos do art. 27, § 1º e art. 30, § 1º, do Regimento Interno, comparecendo à sessão os Procuradores de Justiça Eduardo Barros Malheiros, Luciano Chagas da Silva, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Arnoldo Petrucio Chagas e Dennis Lima Calheiros. Eu, Marluce Falcão de Oliveira, na qualidade de Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavro a presente nota declaratória, que segue devidamente assinada por mim, e por todos os Procuradores de Justiça presentes à sessão.

Eduardo Barros Malheiros
Procurador de Justiça
Presidente da Sessão

Marluce Falcão de Oliveira
Promotora de Justiça
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS Procuradoria Geral de Justiça Colégio de Procuradores de Justiça

NOTA DECLARATÓRIA

Declaramos para os devidos fins, que a sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça designada para o dia vinte e quatro do mês de outubro do ano de dois mil e sete, com início às quinze horas, a ser realizada no Auditório Edgar Valente de Lima Filho, instalado no edifício-sede do Ministério Público, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, deixou de se realizar por falta de quorum, nos termos do art. 27, § 1º e art. 30, § 1º, do Regimento Interno, comparecendo à sessão os Procuradores de Justiça Coaracy José Oliveira da Fonseca, Luciano Chagas da Silva, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Arnoldo Petrucio Chagas e Artran de Pereira Monte. Eu, Marluce Falcão de Oliveira, na qualidade de Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavro a presente nota declaratória, que segue devidamente assinada por mim, e por todos os Procuradores de Justiça presentes à sessão.

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Marluce Falcão de Oliveira
Promotora de Justiça
Secretária

SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, em sua 20ª Reunião Ordinária do ano 2007, realizada no dia 14 de novembro do ano em curso, deliberou acerca dos seguintes processos:

1-Processo PJG n.º 581/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal, por seu Promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello. Assunto: Informa a propositura de Ação Civil Pública contra o Município de Maceió, visando que este, através da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura, deixe de efetuar cobrança de tarifa aos feirantes dos Mercados Públicos Municipais da Capital, procedendo a cobrança nos termos do Código Tributário Municipal, que prevê a arrecadação através de DARF – Documento de Arrecadação Fiscal.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

2 - Processo PJG n.º 2782/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal, por seu Promotor de Justiça Marcos Barros Méro. Assunto: Informa a propositura de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa contra vários litisconsortes (Ex-diretores da Companhia Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio – COMARPH), objetivando a condenação dos requeridos nos termos dos incisos I, II e III do art. 12 da Lei 8.429/92.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

3 - Processo PJG n.º 2657/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor, por seus Promotores de Justiça Denise Guimarães Oliveira e Max Martins de Oliveira e Silva. Assunto: Informa a propositura de Ação Civil Pública contra a M & E Viagens e outros litisconsortes, objetivando a condenação dos requeridos a ressarcir todos os consumidores lesados pela inadimplência contratual e, ainda, que aprimorem o contrato de adesão de prestação de serviço eliminado cláusulas vagas e indeterminadas.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

4 - Processo PJG n.º 2665/2007 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, por seu Promotor de Justiça Saulo Ventura de Holanda. Assunto: Informa a instauração de Inquérito Civil para apurar o não cumprimento do abatimento de 50% do preço para estudantes nos espetáculos musicais realizados na Cidade de Arapiraca, bem como por inexistir plano de segurança para os shows que são realizados nas casas espetáculos. Anexa cópia da Portaria de nº 05/2007.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

5 - Ofício 1º CPMA nº 054/07 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Meio Ambiente, por seus Promotores de Justiça Dalva Vanderlei Tenório e Alberto Fonseca. Assunto: Informa a instauração de procedimento preparatório visando investigar a possível concessão irregular de licença de implantação de empreendimento na Zona Costeira, sem elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação de Relatório de Impacto Ambiental. Anexa cópia da Portaria nº 02/07 do 1º CPDA.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

6 - Ofício 1º CPMA nº 090/07 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Meio Ambiente, por seus Promotores de Justiça Dalva Vanderlei Tenório e Alberto Fonseca. Assunto: Informa a instauração de procedimento preparatório visando investigar a existência de políticas públicas no controle da condução de veículos de tração animal e da necessidade de controle da sanidade dos animais utilizados para tal fim. Anexa cópia da Portaria nº 03/07 do 1º CPDA.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

7 - Ofício 1º CPMA nº 097/07 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Meio Ambiente, por seus Promotores de Justiça Dalva Vanderlei Tenório e Alberto Fonseca. Assunto: Informa a instauração de procedimento preparatório visando investigar o Clube de Regatas Brasil pela possível falta de autorização ambiental nos termos do art. 34, I, da Lei 4.548/96, bem como pela emissão de ruídos acima dos padrões preconizados pela legislação ambiental. Anexa cópia da Portaria nº 03/07 do 1º CPDA.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

8 - Ofício PJCFM nº 045/06 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal, por seu Promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello. Assunto: Informa a instauração do Inquérito Civil de nº 02/06 para apurar a irregularidade de defesa de causa patrocinada por Escritório Particular de Advocacia, contratado pelo Município de Maceió para patrocínio de demanda judicial. Informo que este Inquérito Civil concluiu pela promoção de arquivamento, conforme Processo PGJ de nº 742/2007, que se encontra aguardo o decurso do prazo do art. 172 do Regimento Interno do CSMP. Anexa cópia da Portaria nº 002/06.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

9 - Processo PGJ n.º 676/2007 – Interessada: Promotora de Justiça de Kicia Oliveira Cabral de Vasconcelos. Assunto: Informa a desistência de participar do Terceiro Encontro Catarinense do Terceiro Setor, outrora já deferido pelo Procurador Geral de Justiça.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

10 - Processo PGJ n.º 950/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar, por seu Promotor de Justiça Salete Adorno Ferreira. Assunto: Informa a instauração de Procedimento Investigatório Preliminar para apurar irregularidades cometidas pela Prefeitura de Pão de Açúcar na execução do Programa PNAE/2003. Anexa cópia da Portaria nº 01/07.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

11 - Processo PGJ n.º 592/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe, por seu Promotora de Justiça Adriano Jorge Correia de Barros Lima. Assunto: Informa a instauração de Inquérito Civil Público para verificar a veracidade da informação de que pessoas estariam recebendo valores do FUNDEF sem que estivessem exercendo o cargo de magistrado; pelos indícios de possíveis desvios de recursos deste fundo, e, ainda, pelo possível não repasse ao magistério fundamental de sobras do exercício anterior. Anexa cópia da Portaria nº 01/07.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

12 - Processo PGJ n.º 1527/2006 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor, por seus Promotores de Justiça Denise Guimarães Oliveira, Max Martins de Oliveira e Silva e José Artur Melo. Assunto: Informa a instauração de Procedimento Administrativo para apurar as eventuais irregularidades nas casas de shows, eventos e diversões, no que atine a falta de estrutura e segurança. Anexa cópia da Portaria nº 01/06.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

13 - Processo PGJ n.º 591/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe, por seu Promotora de Justiça Adriano Jorge Correia de Barros Lima. Assunto: Informa a recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Matriz de Camaragibe que exonere os servidores ocupantes de cargos não concursados, para nomear os aprovados no Concurso Público realizado para as vagas dos atuais ocupantes.
Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

14 - Processo PGJ n.º 1977/2007 – Interessada: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe, por seu Promotora de Justiça Adriano Jorge Correia de Barros Lima. Assunto: Informa a propositura de Ação Civil Pública contra o Município Matriz de Camaragibe visando o cumprimento de parte do Termo de Ajuste de Conduta em prol dos direitos laborais dos servidores municipais.

Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.
15 - Relativo ao Processo n.º 877/2001 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa, por seu Promotor de Justiça Elício Ângelo de Amorim Murta. Assunto: Informa a ciência da decisão do CSMP, que concluiu pelo arquivamento do processo em tela, razão pela qual o devolveu para a adoção das providências necessárias.

Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.
16 - Processo PGJ n.º 740/2006 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, por seu Promotor de Justiça Saulo Ventura de Holanda. Assunto: Informa a instauração de Procedimento Investigatório para apurar prática abusiva por instituições bancárias que fazem empréstimos a idosos aposentados. Anexa cópia da Portaria n.º 01/06.

Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.
17 - Processo PGJ n.º 783/2003 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal, por seu Promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello. Assunto: Informa a instauração do Inquérito Civil de n.º 01/06.

Deliberação: O Conselho deliberou para que se proceda diligência, no sentido de fazer juntada aos autos a cópia da portaria de instauração do referido inquérito.

18 - Processo PGJ n.º 1340/2006 – Interessada: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal, por seus Promotores de Justiça Fernanda Maria Moreira de Almeida, Marcus Rômulo Maia de Mello e Hamilton Carneiro Júnior. Assunto: Informa a propositura de Ação Civil Pública contra o Município de Maceió e SP Alimentação e Serviços Ltda, objetivando a anulação de ato administrativo.

Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

19 - Processo PGJ n.º 3145/2005 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital, por seu Promotor de Justiça Luiz de * Medeiros Filho. Assunto: Informa através do Ofício n.º 08/06 informava o lançamento do Projeto “Guardião da Cidadania”, lançado pelo Município de Maceió, em parceria com o Governo do Estado, o qual, em síntese, teria como objetivo proporcionar às crianças e adolescentes em situação de risco a almejada garantia de seus direitos previstos no ECA.

Deliberação: O Conselho tomou conhecimento.

Para Deliberação:
20 - Processo PGJ n.º 2792/2007 – Interessadas: Promotoras de Justiça Stela Valéria Soares de Farias e Gilcele Damaso de Almeida Lima, respectivamente, titulares da 3ª Promotoria de Justiça de Rio Largo e da 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, ambas de 2ª entrância. Assunto: Pedem remoção por permuta dos respectivos cargos das Promotorias de Justiça em apreço.

Deliberação: O Conselho tomou conhecimento, e, à unanimidade, aprovou a permuta.

Para julgamento:
21 - Processo PGJ n.º 2370/2007 - Interessada: Promotora de Justiça Cíntia Calumbly da Silva. Assunto: consulta sobre atribuição do Promotor de Justiça Eleitoral quando da remoção do Juiz Eleitoral de Rio Largo.

Deliberação: O Senhor Presidente pediu vistas.

22 - Processo n.º. 2174/2007
Deliberação: Distribuído ao Conselheiro Eduardo Barros Malheiros

Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 14 de novembro de 2007.

WLADIMIR BESSA DA CRUZ
Promotor de Justiça – Secretário do CSMP

RESOLUÇÃO CSMP Nº 05/2007

Aprova o pedido de permuta formulado pelas Promotoras de Justiça Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti e Gilcele Dâmaso de Almeida Lima.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, em sua 20ª Reunião Ordinária do ano de 2007, realizada no dia 14 de novembro, fulcrado no artigo 14, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 15/96, RESOLVE, à unanimidade de votos de seus pares, aprovar o pedido de permuta firmado pelas Promotoras de Justiça: Dr.ª. Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, da 3ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, para a 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, e, Dr.ª. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, da 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, para a 3ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, seções ministeriais de 2ª entrância.

Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 14 de março de 2007.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Coaracy José Oliveira da Fonseca, Presidente – Lean Antônio Ferreira de Araújo – Dilmar Lopes Camerino – Geraldo Magela Barbosa Pirauá – Walber José Valente de Lima - Artran de Pereira Monte – Eduardo Barros Malheiros.

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '13' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU APÓS AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.2867 / 2007
Interessado:
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
Assunto:
ENCAM. CÓPIA DE PROCESSO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2868 / 2007
Interessado:
DRª DELMA MARIA COSTA DE A. PANTALÃO,
PROMOTORA DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO LICENÇA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2869 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2870 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2871 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2872 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2873 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2874 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:

DIRETORIA GERAL
Proc.2875 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA C. E. DE D. DA SAÚDE, DO IDOSO E DO DEFICIENTE
Assunto:
ENCAM. CÓPIA DA LISTA DE PRESENÇA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2876 / 2007
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Assunto:
ENCAM. DISKETTE CONTENDO ARQUIVO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.2877 / 2007
Interessado:
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES EM ALAGOAS
Assunto:
REQ. MEDIAÇÃO DO MINISTÉIO PÚBLICO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2878 / 2007
Interessado:
DIRETOR DO 2º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Assunto:
REQ. ASSINATURA ANUAL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2879 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATRIZ DE CAMARAGIBE
Assunto:
REQUERENDO EXPEDIÇÃO DE OFICIO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2880 / 2007
Interessado:
DR. ARTRAN DE PEREIRA MONTE,
PROCURADOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '13' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO.PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2007.002632-8
APELAÇÃO CIVEL CAPITAL
APETE :
ARAVEL - ARAPIRACA VEICULOS LTDA

APEDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2007.001288-6
APELAÇÃO CIVEL CAPITAL
APETE :
MUNICÍPIO DE MACEIÓ
APEDO :
VINÍCIOS MANZONI VIEIRA E OUTRO
Entrada :8/11/2007 Retirada :8/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CAMARA CIVEL

2007.001631-0
APELAÇÃO CIVEL CAMPO ALEGRE
APETE :
REINILDO SILVA MARQUES
APEDO :
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2007.002596-2
APELAÇÃO CIVEL CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
LUCIANO TAVARES DA SILVA
Entrada :8/11/2007 Retirada :8/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CAMARA CIVEL

2007.002602-9
APELAÇÃO CIVEL CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
NADIR NICOLAU DOS SANTOS
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2007.002586-9
APELAÇÃO CIVEL CAPITAL
APETE :

ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
MARIA JOSÉ GOUVEIA
Entrada :8/11/2007 Retirada :8/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.002609-8
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
PAO DE ACUCAR
PACIENTE :
DENISON GOMES CORREIA E CLAUDEVAN
GOMES
CORREIA

Entrada :8/11/2007 Retirada :12/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.003199-5
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
RIO LARGO
PACIENTE :
ALEXANDRE CARDOSO DA SILVA

Entrada :8/11/2007 Retirada :12/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O
FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE
PROTOCOLO.PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO
RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2007.002367-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
MUNICÍPIO DE MACEIÓ
AGRADO :
GUEDES NOGUEIRA - ADMINISTRAÇÃO E
INCORPORAÇÕES
LTDA
Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2007.002122-5
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
M. G. B. F.
AGRADO :
A. DE A. C. G. B.
Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2007.002254-0
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
GÁS DE ALAGOAS - ALGAS
APEDO :
THIAGO CORDEIRO BARRETO
Entrada :8/11/2007 Retirada :8/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
FRANCISCO JOSE SARMENTO DE AZEVEDO

2ª CAMARA CIVEL

2007.002094-8
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
MUNICÍPIO DE MACEIÓ
AGRADO :
MANUELLA ROSEANE OLIVEIRA SANTOS REP. P/
MãE
MARLENE PEROBA OLIVEIRA DOS SANTOS
Entrada :8/11/2007 Retirada :12/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CAMARA CIVEL

2007.002359-7
REMESSA EX-OFFICIO
CAPITAL
REMETE :
JUÍZO
PARTE(S) :
SEVERINIO RAMOS SOUZA COSTA E OUTRO
Entrada :8/11/2007 Retirada :12/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CAMARA CIVEL

2007.002412-8
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
LIEDJA PACHECO DE OLIVEIRA
Entrada :8/11/2007 Retirada :12/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

CAMARA CRIMINAL

2007.002350-4
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
APEDO :
SILVIO OLIVEIRA RAMOS
Entrada :8/10/2007 Retirada :10/10/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2007.001800-8
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
REINALDO ANTONIO DA SILVA
APEDO :

MINISTERIO PUBLICO
Entrada :15/10/2007 Retirada :17/10/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 15/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2007.02482-9
APELAÇÃO CRIMINAL
VICOSA
APETE :
EDSON FERNANDES SOARES
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :17/10/2007 Retirada :22/10/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 17/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2006.000969-7
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (A. CRIME)
SAO JOSE DA LAJE
EMBARGAN :
PETRONIO PACIFICO DE SA
EMBARGAD :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :29/10/2007 Retirada :31/10/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2007.002523-0
RECURSO CRIME
OLHO D'AGUA DAS FLORES
RECORRTE :
LAUDEMIR DA SILVA
RECORRDO :
MINISTÉRIO PÚBLICO
Entrada :1/11/2007 Retirada :6/11/2007
Devolução :14/11/2007 Saidap/ TJ 14/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 1/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '13' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O
FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE
PROTOCOLO.PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO
AUTOMÁTICA,APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO
RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2007.002147-6
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
BRADESCO SAÍDE S/A
APEDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2007.002632-8
APELAÇÃO CIVEL

CAPITAL
APETE :
ARAVEL - ARAPIRACA VEÍCULOS LTDA
APEDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2007.001631-0
APELAÇÃO CIVEL
CAMPO ALEGRE
APETE :
REINILDO SILVA MARQUES
APEDO :
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

1ª CAMARA CIVEL

2007.002602-9
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
NADIR NICOLAU DOS SANTOS
Entrada :8/11/2007 Retirada :13/11/2007
Devolução :13/11/2007 Saidap/ TJ 13/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARNOLDO PETRUCIO CHAGAS

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O
FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE
PROTOCOLO.PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO
AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO
RELACIONADO(S):

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.001961-5
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JOSE JURANDIR CAVALCANTE DE MATOS

Entrada :8/11/2007 Retirada :14/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.002541-2
HABEAS CORPUS-T.PCRIMINAL
PORTO REAL DO COLEGIO
PACIENTE :
SANDRO SANTOS SILVA

Entrada :8/11/2007 Retirada :14/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

BIANCA ATTANASIO ANDRADE
ASSESSORA TÉCNICA